



176

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

5ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL N.º 326919-0

EMBARGANTE: Losango Promoções de Vendas Ltda.

EMBARGADA: Tarciana Barbosa

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL - RECONHECIMENTO DE FRAUDE NA CONTRATAÇÃO DE CDC - INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO - INTENÇÃO EM REDISCUTIR A MATÉRIA - RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O artigo 535 do CPC, é bastante claro ao dispor que cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou omissão. Tendo o *decisum* embargado se manifestado expressamente sobre as questões trazidas por meio dos aclaratórios por ocasião do julgamento do apelo, não há que se acolher o presente recurso.
2. Sendo o recurso manejado para reconhecer a assinatura da Embargada no contrato de CDC e tendo a decisão embargada disposto a esse respeito, não há que se falar em omissão ou contradição, mostrando-se flagrante a intenção de rediscutir o mérito da decisão que lhe foi desfavorável, não atendendo à natureza jurídica dos embargos aclaratórios.
3. Embargos de declaração não acolhidos.

ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da QUINTA CÂMARA CÍVEL do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em negar provimento** aos Embargos de Declaração, tudo nos termos dos votos



177

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

e notas taquigráficas em anexo, que passam a fazer parte integrante deste aresto.

Recife, 29 de SETEMBRO de 2014.

Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

171

5ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL N.º 326919-0

EMBARGANTE: Losango Promoções de Vendas Ltda.

EMBARGADA: Tarciana Barbosa

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela Losango Promoções de Vendas Ltda. (fls. 160/162), em face da decisão de fls. 147/154, que negou provimento a Apelação Cível interposta pela Embargante, em que se discute a existência de fraude em contrato de CDC envolvendo as partes.

Em suas razões, o Embargante argui contradições no julgado, arguindo a semelhança da assinatura da Autora com aquela aposta no contrato firmado.

Pugna, assim, pelo acolhimento dos presentes aclaratórios, no sentido de reconhecer a validade do contrato em questão.

É o Relatório.

Recife, 24 de SETEMBRO de 2014.

Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

172

5ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL N.º 326919-0

EMBARGANTE: Losango Promoções de Vendas Ltda.

EMBARGADA: Tarciana Barbosa

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho

VOTO

Neste ponto, analisaremos se a decisão embargada possui alguma omissão indicada pela parte Embargante, no que diz respeito ao dever de ressarcimento do valor pago pelo veículo adquirido nas dependências da concessionária embargante, sob o fundamento de que o pagamento se deu ao fabricante.

Ora, o art. 535 do CPC é bastante claro ao dispor que cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou omissão.

O fato é que a decisão embargada tratou de forma coesa sobre este ponto específico, asseverando o seguinte (fls. 148/150):

"Ocorre que, sobrevindo a sentença condenatória, a ora Apelante veio aos autos, mediante o presente Recurso de Apelação e juntou, em seu bojo, o suposto contrato envolvendo as partes (fls. 117/118), contrapondo-se ao que predetermina o artigo 397 do CPC, senão vejamos:

Art. 397. É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados, ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos.



173

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

No entanto, em que pese não se tratar de documento novo, tal como indica o dispositivo supracitado, o Superior Tribunal de Justiça já relativizou a questão, assim decidindo:

"PROCESSO CIVIL. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. JUNTADA DE DOCUMENTO NOVO. ART. 397 DO CPC. MÁ-FÉ NÃO EVIDENCIADA. CONTRADITÓRIO OBSERVADO.

1. Inexiste julgamento extra petita se os fundamentos do decisum decorrem do exame de pedido formulado na petição inaugural.
2. É possível a juntada de documentos novos aos autos, mesmo em fase recursal, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados na inicial, desde que seja observado o princípio do contraditório e não evidenciada a má-fé da parte recorrente.
3. Agravo regimental desprovido." (grifo não constante do original) (AgRg no REsp 1166670/PB, Rel. Min. João Otávio de Noronha, j. 10/05/11)

Pois bem!

Passando à análise de todo conteúdo probatório, impende destacar que o contrato, por si só, não é suficiente para comprovar a legalidade do negócio jurídico, considerando, ainda, que não fez parte das provas os documentos de identificação pessoal que deveriam ser apresentados no ato da eventual contratação.

Isto porque, ainda que haja uma semelhança nas assinaturas apresentadas pela Apelante, é preciso ter em mente que o falsário, certamente, copiará a firma da vítima, de forma que deverão ser apresentados outros indícios de que a Autora teria, de fato, contratado o serviço.

Além disso, é pacífico na jurisprudência que as empresas possuem responsabilidade objetiva pelos riscos inerentes à atividade praticada, nos termos do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, de forma que, em não havendo prudência na análise dos documentos apresentados, o resultado ensejará o dever de indenizar, independente de culpa."



174

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Desta feita, inexistente qualquer omissão ou contradição no julgado apto a ensejar o acolhimento do presente recurso, sendo certo que a contradição deve estar contida nos fundamentos explanados juntamente com a conclusão lógica sobre o assunto, não sendo a hipótese do *decisum* embargado, tratando-se, assim, de flagrante intenção na rediscussão da matéria, incompatível com a natureza jurídica do presente recurso.

Sobre o assunto, a jurisprudência já se manifestou, *in verbis*:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. *É de negar-se provimento aos embargos de declaração que, a pretexto de sanar omissão, pretendem na verdade a rediscussão da matéria.* (PR 0021269-97.2010.404.0000, Relator: RÔMULO PIZZOLATTI, Data de Julgamento: 18/01/2011, QUINTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 03/02/2011)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. *Inexistindo omissão, contradição ou obscuridade na decisão embargada, incabíveis revelam-se os embargos declaratórios opostos para fins de rediscussão da matéria.* (775249 SC 2010.077524-9, Relator: Sônia Maria Schmitz, Data de Julgamento: 10/01/2012, Quinta Câmara de Direito Civil, Data de Publicação: Embargos de Declaração em Apelação Cível n. 2010.077524-9/0001.00, de Videira)

Além disso, o STJ entende da mesma maneira, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 535CPC1. *A hipótese de cabimento dos Embargos de Declaração por contradição se restringe àquela interna da própria decisão, e não aos entendimentos divergentes em*



175

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

relação a outro decisum. 2. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. 3. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. 4. Embargos de Declaração rejeitados. 535CPC. (1351015 DF 2010/0174050-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 17/03/2011, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/04/2011)

Face ao exposto, **nego provimento** ao presente recurso.

Recife, 24 de SETEMBRO de 2014.

Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto